



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI): UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Fabiane da Silva de Lemos Predes
UFRRJ
lemos.fabiane@gmail.com

Ademir Ribeiro Predes Junior
UFRRJ
ademir.ribeiro@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, analisaremos os documentos oficiais que levaram a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, tinha como principais objetivos promover a ampliação e garantir a permanência dos estudantes na educação superior pública, em especial na graduação. A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, do tipo descritivo e analítico e consiste em um estudo de caso único. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e bibliográfica e de entrevistas semi-estruturadas com os gestores que participaram da implementação do REUNI na UFRRJ. Os resultados da pesquisa foram agrupados em cinco temáticas, consideradas as mais importantes para o alcance das metas pactuadas: cursos, vagas, matrículas, evasões e assistência estudantil. Como primeiros resultados, constatou-se que o tempo mínimo para o planejamento e a falta de qualificação dos gestores foram fatores que prejudicaram a implementação do programa. Apesar disso, a UFRRJ cumpriu o que fora acordado com a Secretaria de Educação Superior: aumentar a oferta de vagas e cursos de graduação, principalmente no período noturno e diminuir consideravelmente as evasões.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Implementação de Políticas Públicas; Educação Superior; REUNI; UFRRJ.

1. Introdução

Este trabalho é decorrente das análises preliminares obtidas por meio de estudo documental, bibliográfico e entrevistas semi-estruturadas realizadas ao longo dos anos de 2013 e 2014 com os principais gestores envolvidos na implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Enfatizamos que as pesquisas em Políticas Públicas, apesar de ainda pouco disseminadas, vêm ganhando cada vez mais destaque nas Ciências Sociais (HOWLETT, HAMESH e PERL, 2013; LOTTA, 2010, SOUZA; 2006; FARIA, 2003). No entanto, a literatura especializada ainda apresenta poucos estudos empíricos sobre a fase de implementação de políticas públicas (LOTTA, 2010). Somente nos anos 1970, com os estudos pioneiros de Wildavsky e Pressman (1973), é que as pesquisas sobre a implementação começaram a ganhar destaque. Para D'ascenzi e Lima (2013, p. 2), a importância de se pesquisar a fase de implementação reside no fato de que o seu estudo permite o "desenvolvimento de melhorias nos processos político-administrativos, que permitam o incremento das atividades implementadoras". De acordo com Siman (2005), a implementação de uma política pública depende dos arranjos organizacionais (recursos humanos, materiais e financeiros) e de uma estrutura institucional que seja capaz de estabelecer uma rede de comunicação e informação eficientes. Por implementação, autores como Das Graças Rua (1997), Pülzl e Treib (2007), Paudel (2009), Lotta (2010), Secchi (2013), Howlett, Ramesh e Perl (2013), compreendem como a fase em que a política pública formulada é colocada em prática pelos atores. Nesta fase, o principal foco está na forma de influência dos atores e os impactos destes na implementação de uma determinada política pública (LOTTA, 2010).

Como Política Pública voltada para a expansão e democratização do Ensino Superior via instituições públicas, o REUNI integrava uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação 2007 (PDE/2007) e tinha como meta, no período de 2007 a 2012, a ampliação do acesso ao ensino superior, em especial na graduação, bem como garantir a permanência dos alunos ingressantes, incentivando a redução das taxas de evasão nas universidades públicas federais. Para atingir os seus objetivos, o programa contemplava diversas dimensões. São elas: a ampliação da oferta de educação superior pública; a reestruturação acadêmico-curricular; a renovação pedagógica do ensino superior; a mobilidade intra e interinstitucional; o compromisso social da instituição e o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação (BRASIL, 2007). Mediante tais dimensões, as universidades deveriam elencar as ações a serem desenvolvidas e as metas a serem alcançadas, por meio da assinatura de um Acordo de Metas, comprometendo-se a implementá-las no período proposto pelo Ministério da Educação (MEC), de 2007 a 2012, tendo como contrapartida às metas alcançadas, os recursos financeiros para o cumprimento do programa, limitados, porém, à capacidade orçamentária e operacional do MEC (BRASIL, 2007).

O Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRRJ foi aprovado através da Deliberação nº 043/CONSU/SOC-UFRRJ, de 30 de novembro de 2007. Tal projeto é referenciado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2006-2011), documento pelo qual foi realizado um diagnóstico da situação da UFRRJ e o seu papel para a interiorização da educação superior. Não podemos deixar de mencionar que a UFRRJ já vinha se expandindo desde 2006, devido a sua adesão ao programa de expansão do Governo Federal, denominado Expansão Fase I, com a criação do Instituto Multidisciplinar (IM), em Nova Iguaçu e, em 2008, com a criação do Instituto de Três Rios (ITR), em Três Rios, que atualmente constituem dois dos quatro *campi* da universidade, juntamente com o *campus* de Seropédica e o *campus* de Campos dos Goytacazes.

Como principais instrumentos da política pública empregados na implementação do REUNI na UFRRJ, que contemplam as temáticas a serem analisadas neste artigo (cursos, vagas, matrículas, evasões e assistência estudantil), podemos elencar: a criação de novos cursos, principalmente na área de Ciências Humanas e concentrados, em sua maioria, no período noturno; a ampliação da oferta de vagas de ingresso; redução das taxas de evasão, por meio da ampliação dos programas de assistência estudantil, da ampliação da mobilidade intra e interinstitucional estudantil, da ocupação de vagas ociosas através de transferência e reingresso no âmbito da UFRRJ e da adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM/SISU).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os documentos oficiais responsáveis pela implementação do REUNI na UFRRJ e de que forma as suas metas foram cumpridas, sem deixar de destacar que a implementação é um fenômeno complexo que envolve diversos atores, vontades, necessidades, disputas de poder, recursos, conhecimentos e desconhecimentos da política pública e que esses atores envolvidos no processo influenciam diretamente na implementação de uma política pública e por isso são de fundamental importância para o processo.

Como primeiros resultados, constatou-se que o tempo mínimo para o planejamento e a falta de qualificação dos gestores foram fatores que prejudicaram a implementação do programa. Apesar disso, a UFRRJ cumpriu o que fora acordado com a Secretaria de Educação Superior: aumentar a oferta de vagas e cursos de graduação, principalmente no período noturno e diminuir consideravelmente as evasões.

2. Fundamentação teórica

Considerou-se relevante desenvolver neste estudo os tópicos teóricos que abarquem uma breve definição de Política Pública e os ciclos de políticas públicas, as principais abordagens teóricas no estudo de implementação e o REUNI (sua concepção e origem).

2.1 O conceito de Política Pública: breve definição

As estruturas e instituições governamentais sempre estiveram presentes na Ciência Política. Segundo De Faria (2003), a Ciência Política, em seus primórdios, considerava como relevante para a análise de políticas públicas apenas o seu processo de formação. Somente a partir da década de 1950, segundo o autor, é que a política pública passou a destacar os chamados *policy process*, bem como a considerar os atores estatais e não-estatais em suas análises (FARIA, 2003). Howlett, Hamesh e Perl (2013) afirmam que, nos estudos contemporâneos da política pública, o foco está em se estudar aquilo que os governos realmente fazem.

Na década de 1940, Laswell lança as bases para as políticas públicas que são: a multidisciplinaridade, o enfoque no contexto social e em seus problemas e tendo como escopo a resolução dos problemas enfrentados pela sociedade (BARCELOS, 2013). Laswell argumenta que o campo de políticas públicas deveria ser objeto de estudo e, por meio da utilização de ferramentas de diversas áreas de conhecimento, "aumentar a racionalidade e incorporar inteligência às decisões públicas e ações governamentais" (BARCELOS, 2013, p. 143). Assim, para Laswell, a política pública deveria responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (OLIVEIRA, 2010).

A concepção de Política Pública que norteia este trabalho é a de que a mesma é centrada na ação do governo e de seus atores políticos, que tanto podem ser os atores públicos (aqueles que exercem funções públicas, ou seja, os políticos e os burocratas), os grupos de interesse, os partidos políticos, os meios de comunicação, os *think tanks* e os destinatários das políticas públicas que produzem alguma transformação em determinada área ou assunto da

vida pública (SECCHI, 2013). Nessa perspectiva, o Estado é entendido como ator central, porque é ele quem mobiliza os recursos necessários para que uma determinada política pública seja viabilizada. Neste sentido, Secchi (2013) aponta que a centralidade atual do Estado se deve ao fato de que este existe, principalmente, para a elaboração de políticas públicas, pois este detém o monopólio legítimo do uso da força e controla a maior parte dos recursos nacionais. Assim, as chamadas Políticas Governamentais são aquelas tipicamente emanadas pelos atores governamentais e constituem o subgrupo mais expressão nas políticas públicas (SECCHI, 2013).

Para fins analíticos, a *policy making* pode ser simplificada por meio do modelo do Ciclo da Política Pública (CPP) ou Ciclo Político Administrativo, em que os temas políticos são abordados de forma sequencial. O CPP consiste em "um esquema de visualização que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes" (SECCHI, 2013, p. 43). No entanto, o próprio Secchi (2013) adverte que o CPP dificilmente reflete a verdadeira dinâmica de uma política pública, pois as fases não são sequenciais, mas se interpenetram ou as sequências se alteram. O que faz com que o CPP seja útil para a análise de uma política pública é que este simplifica a complexidade desta de tal modo que os analistas consigam comparar até mesmo casos considerados heterogêneos (SECCHI, 2013).

Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 15) apresentam os ciclos e sua relação com a resolução aplicada de problemas no processo de política pública, ou seja, os autores mostram a relação existente entre o CPP e os processos administrativos que são adotados em cada fase do ciclo.

Assim, os autores esclarecem que para cada fase do CPP, haverá um correspondente relativo ao tipo de resolução do problema, ou seja, a fase da montagem da agenda corresponde ao momento em que um dado problema chega à atenção do governo; a formulação da política corresponde às propostas de soluções a este problema pelo governo; a tomada de decisão, à escolha de uma determinada solução política para o problema; a implementação, ao que de fato será colocado em prática para o enfrentamento do problema e a avaliação, à monitoração dos resultados das políticas (HOWLETT, RAMESH e PERL, 2013). Secchi (2013) acrescenta ao CPP as fases de Identificação do Problema, anterior a fase da montagem da agenda, e a Extinção da Política Pública, quando esta é finalizada.

2.3 As abordagens teóricas no estudo da implementação

Conforme fora mencionado anteriormente, quando um determinado problema público entra na agenda política e as alternativas de soluções para este são formuladas, tem-se a escolha de uma das opções e a sua implementação. Logo, na fase da implementação, as políticas já formuladas são colocadas em prática pelos atores. Aqui, o principal foco está na forma de influência dos atores e os impactos dessa influência na implementação de uma determinada política pública (LOTTA, 2010). Para Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 179) "o esforço, os conhecimentos e os recursos empregados para traduzir as decisões políticas em ação, compreendem o estágio de implementação do ciclo político", ou seja, a implementação corresponde à fase em que os empenhos dos atores políticos estão concentrados na execução da solução encontrada para um determinado problema público.

A literatura especializada ainda apresenta poucos estudos empíricos sobre a fase de implementação de políticas públicas (LOTTA, 2010). Somente nos anos 1970, com os estudos pioneiros de Wildavsky e Pressman (1973), é que as pesquisas sobre a implementação começaram a ganhar destaque. A partir desses estudos, diversas outras pesquisas começaram a ser realizadas¹. Estes primeiros estudiosos ficaram conhecidos como a primeira geração de pesquisas sobre a implementação que, tendo como base estudos de caso, consideravam uma série de problemas existentes entre a formulação de uma política e a sua execução (DELEON, P. e DELEON, L., 2002). Esta geração, no entanto, pouco contribuiu para a consolidação de

um arcabouço teórico para o estudo da implementação de política pública (DELEON, P. e DELEON, L., 2002). Segundo Winter (2002), poucas variáveis centrais, como é o caso da multiplicidade de atores e das decisões-chave e a validade teórica, eram o foco principal desta primeira geração.

Na década de 1980, os estudos passaram a se concentrar nos fatores que influenciavam a implementação de uma política pública. A segunda geração, como ficou conhecida, preocupou-se com a construção de um arcabouço teórico para o estudo da implementação capaz de nortear as análises empíricas. Esta geração de pesquisadores se debruçou sobre o debate *top down x bottom up*. (HOWLETT, RAMESH e PERL, 2013). De acordo com Pülzl e Treib (2007, p. 91):

1. *Top-Down* – o principal foco estava na capacidade dos tomadores de produzir objetivos políticos precisos e no controle da fase de implementação;
2. *Bottom Up* – percebe os burocratas locais como os principais atores na execução das políticas e entendem a implementação como processos de negociação dentro das redes de implementadores.

Pülzl e Treib (2007) apresentam um quadro em que resumem as principais características dos modelos *top-down* e *bottom-up*:

Quadro 1: principais características dos modelos *top-down* e *bottom-up*

	Top-down	Bottom-up
Estratégia de pesquisa	Das decisões políticas para a execução administrativa	Dos burocratas individuais para as redes administrativas
Objetivo da análise	Fazer previsões/recomendações políticas	Descrever/explicar a implementação
Modelo de processo político	Fases em um ciclo	Fusão de estágios
Característica do processo de implementação	Direção hierárquica	Resolução de problemas descentralizada
Modelo de democracia subjacente	Elitista	Participativa

FONTE: Pülzl e Treib (2007, p. 94)

Para Pülzl e Treib (2007) e A'Dascenzi e Lima (2012), o que difere as duas teorias é o nível de discricionariedade dos implementadores. Para os autores, no modelo *top-down*, os implementadores não possuem nenhuma ou quase nenhuma discricionariedade, enquanto que no modelo *bottom-up*, os implementadores têm total liberdade para implementar a política, sendo os burocratas variáveis fundamentais para o fracasso ou sucesso da política.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, os pesquisadores observaram que tanto o modelo *top down* quanto o modelo *bottom up* diferenciavam-se entre si apenas na forma de olhar o mesmo fenômeno (DELEON, P. e DELEON, L., 2002). Assim, surge a terceira geração de estudiosos da implementação de política pública, que procurava explicar o porquê da mudança do comportamento das políticas públicas e dos governos através dos tempos, na tentativa de prever o tipo de implementação que seria colocada em prática no futuro (DELEON, P. e DELEON, L., 2002). Logo, conforme apontam P. deLeon e L. deLeon (2002), não haveria uma única estratégia de implementação que seja considerada a melhor, pois a estratégia mais apropriada dependeria muito mais do contexto no qual a política está inserida do que da própria estratégia adotada. A terceira geração tenta superar as lacunas entre a primeira e a segunda gerações, mediante a incorporação de conceitos e hipóteses de ambas, daí o nome Modelo Híbrido.

O desempenho de uma política pública pode variar de acordo com as limitações organizacionais. Além de recursos financeiros e materiais insuficientes, a performance pode ser comprometida de acordo com a capacidade do corpo técnico disponível para a sua execução, bem como com os estímulos, prioridades e atitudes da equipe burocrática (OLIVEIRA, 2012). Por conseguinte, os atores políticos devem ser especializados, a fim de viabilizar a implementação de uma política pública. São eles que colocarão em prática a(s) ação(ões) escolhidas pelo governo, valendo-se dos instrumentos da política pública, que irão transformar as intenções em ações política (SECCHI, 2013).

2.4 O REUNI

A reforma universitária perpassa pela perspectiva de uma profunda transformação social, sendo uma das principais reivindicações da sociedade, devido ao seu histórico elitista e excludente da educação superior no Brasil. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no seu objetivo principal de democratização da educação superior por meio da inclusão social, seria uma tentativa de superação dos arranjos institucionais anteriormente vigentes e que possibilitaram a exclusão social dentro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Rocha (2004) cita que por meio de um mapeamento histórico das políticas públicas já existentes e implementadas nas instituições a elas relacionadas, pode-se compreender a dependência de trajetória na implementação de uma política pública. De acordo com Rocha (2004, p. 6) “as políticas públicas implementadas no passado, seja recente ou não, são a base para as políticas públicas que vierem a ser implementadas no presente ou no futuro”. Sendo assim, podemos destacar que a educação superior já vinha passando por importantes reformas para se adequar aos preceitos adotados pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e pelo Banco Mundial (BM) desde o ano de 1990, momento de ascensão das políticas neoliberais no Brasil. Tais reformas seguiram um modelo de gestão orientada para resultados e indicadores de desempenho, cujos princípios são orientados pelo paradigma do Novo Gerencialismo, ou Nova Gestão Pública, que tem como preocupação principal a produtividade e a eficácia, em busca de minimização dos gastos governamentais (AZEVEDO, 2003). Ferreira (2012) acrescenta que a reforma da educação superior na década de 1990 orientou-se por um delineamento mais pragmático e que se caracterizou por alterações em sua concepção e organização, por meio de mudanças na legislação educacional, que privilegiaram a expansão da educação superior pela via privada.

A partir de 2003, já no governo Lula, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) inicia uma reforma do ensino superior brasileiro orientada para a democratização desta modalidade de ensino, denominada "Universidade do Século XXI". Ainda em 2003, por meio de Decreto, Lula instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação atual e apresentar um plano de ação que tenha como meta a reestruturação, desenvolvimento e democratização das IFES. Este GTI apresentou em 2003 o documento intitulado "Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira", em que se destacava o roteiro para a implementação da reforma no ensino superior (ARAÚJO, 2011). A reforma universitária deveria contemplar, necessariamente, a ampliação da oferta de ensino superior via instituições públicas. Em 2006, continuando os trabalhos para a reforma universitária, o MEC lançou o Projeto de Lei nº 7200/2006, que trata propriamente da Reforma Universitária.

Em 2007, em consonância com a reforma já iniciada, o MEC lança o REUNI, por meio do Decreto 6.096/2007. Sua origem remete ao Projeto "Universidade Nova" ou “Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais”, que por sua vez, possui fortes influências no Processo de Bolonha, que visava uma reforma na educação superior européia. Araújo (2011) afirma que tanto o Processo de Bolonha quanto o Projeto Universidade Nova

têm em comum a preocupação com a formação dos estudantes. Ambos propõem que a graduação deva ser vista como uma etapa importante de formação humana e cultural e que, por isso, necessita estar associada a áreas de conhecimento diversificadas e não atender apenas a uma formação precoce e compartimentalizada, como nos moldes atuais. Assim, em ambos projetos, faz-se necessária a alteração curricular, a fim de que este possa se adequar às transformações recentes no capitalismo contemporâneo (LÉDA, 2007).

O Programa faz parte de uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação 2007 (PDE) para a educação superior, cuja meta é aumentar a participação do setor público na oferta desta modalidade de ensino, onde a maior expressividade se encontrava, até então, na iniciativa privada (ARAÚJO, 2011). Uma das principais características do REUNI, apontada por Araújo (2011), é a dimensão "expansão", que visa mormente atender a uma demanda antiga do Plano Nacional de Educação 2001-2010, que era atingir a oferta de ensino superior para, pelo menos, 30% da população na faixa etária dos 18 aos 24 anos, até o término de vigência do Plano.

Os instrumentos utilizados pelo REUNI para firmar o compromisso entre as universidades públicas federais e o governo se assemelha aos contratos de gestão, onde um Termo de Compromisso, denominado "Acordo de Metas", estabelece os objetivos a serem cumpridos pelas universidades públicas federais e regulam o acesso a financiamentos à concretização destas metas (ANDRADE *et al.*, 2011).

A formulação do Projeto do REUNI, a ser implementado pelas IFES, teve como princípios norteadores as ações contidas no Decreto 6096/2007. São elas:

I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - Revisão da estrutura acadêmica, com organização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem; IV - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007, p.1).

Por meio destas ações, esperava-se a ampliação do acesso e a garantia da permanência na educação superior, no nível de graduação, o aumento da qualidade dos cursos e o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007).

Dessa forma, Dias Sobrinho (2013, p. 117) destaca que com a complexificação dos sistemas de educação superior e de suas instituições, por meio da ampliação das matrículas, dos cursos e a incorporação de novos estudantes, professores e técnico-administrativos, há um incremento nos problemas de ensino, organização e gestão, que, para o autor, não representariam um empobrecimento e sim um enriquecimento do sistema, bem como da "qualidade social da educação superior em vista de seus compromissos com a democracia e equidade" (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 118).

Neste contexto, a escolha pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) se deu pelo fato desta integrar o quadro das IFES que assinaram o Acordo de Metas do REUNI, além de sua localização estratégica na interiorização do ensino superior, o que possibilita contribuições importantes para o desenvolvimento da região onde está inserida. Atualmente, a UFRRJ oferece, em seus quatro *campi* (Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes), 57 cursos de graduação presencial e 2 cursos na modalidade à distância (PDI 2013-2017, 2013, p. 21), além de contar com mais de 20 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo uma das principais possibilidades de oferta de ensino superior

público para regiões como a Baixada Fluminense, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, Costa Verde, Sul Fluminense e parte significativa da Região Serrana (UFRRJ, 2007, p. 5).

3. Metodologia

A presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa, do tipo descritivo e exploratório. Seguindo a terminologia de Vergara (2005), quanto aos fins, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois procura expor as características do REUNI enquanto política pública para a Reforma de Educação Superior no Governo Lula e exploratória tendo em vista que o REUNI é uma realidade empírica bastante recente e que, por isso, ainda conta com literatura escassa. Ressaltamos que poderá haver a necessidade de cruzamento de dados numéricos relacionados à implementação do REUNI na UFRRJ. A utilização de diferentes tipos de dados é importante para complementar eventuais lacunas de informações que possam existir durante a concretização do estudo.

A técnica de coleta de dados é fundamental para que o pesquisador possa sistematizar as informações fim de fundamentar a questão que está sendo investigada. Para a realização da pesquisa haverá análise documental e bibliográfica. Por meio de análise documental, buscamos leis e documentos oficiais da UFRRJ (processos administrativos, portarias, memórias de reuniões e outros documentos oficiais), além de entrevistas semi-estruturadas (com 7 gestores diretamente envolvidos na implementação do REUNI na UFRRJ, 2 membros da direção de movimentos sindicais na época e 1 membro da direção do Diretório Acadêmico à época, por representarem a oposição à adesão ao programa), cuja finalidade é a de obter dados junto aos sujeitos que revelem ao pesquisador aspectos não expressos nos documentos oficiais. Por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisamos o banco de dados do MEC, do INEP, da Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior (ANDIFES), da Associação dos Docentes da UFRRJ (ADUR), do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRRJ (Sintur) e do Centro Acadêmico da UFRRJ, além de teses, dissertações, artigos de revisão bibliográfica, artigos em revistas científicas, anais de congressos. Esses dados. Quanto às bases de dados, utilizaremos: SciELO, Portal Periódicos da Capes JSTOR, Google Acadêmico, Biblioteca Digital da FGV, Researchgate, páginas do MEC, SIMEC, INEP, UFRRJ, ADUR, SINTUR, Centro Acadêmico da UFRRJ, dentre outros. Foram utilizados um conjunto de palavras-chave para realizar essa pesquisa, a saber: políticas públicas, implementação de políticas públicas, políticas educacionais, expansão e reestruturação das IFES, Reforma do Ensino Superior no Brasil, REUNI.

Com relação aos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa consiste em um estudo de caso único. Para Triviños (1987, p. 133) o estudo de caso "é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente". Para Yin (2001), o estudo de caso responde perguntas do tipo "como" e "por que", por meio do examine de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real. Neste sentido, a escolha foi por um Estudo de Caso Histórico-organizacional, onde a Instituição é o foco da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). Será pesquisada a implementação do REUNI na UFRRJ, no período correspondente à 2007-2012.

Cabe ressaltar que neste momento da pesquisa, os sujeitos ainda estão sendo entrevistados.

4. Análises preliminares dos dados da pesquisa

Na implementação do REUNI na UFRRJ, no ano de 2007, constituiu-se uma Comissão Consultiva, designada pela Portaria nº416/GR/2007, para organizar as ações institucionais, instituir um cronograma para essas ações, realizar um diagnóstico nos setores da UFRRJ, elencando as suas respectivas propostas, bem como para elaborar os procedimentos metodológicos a serem adotados para a implementação do REUNI na

universidade. Esta proposta, consolidada em 2008, foi denominada de Minuta do Projeto de Expansão e Reestruturação da UFRRJ (PRE/UFRRJ). Esta comissão foi composta por gestores de unidades (diretores e/ou vice-diretores de institutos), convidados pelo então Reitor. Todos os Institutos enviaram às suas representações. No entanto, de acordo com a fala do entrevistado E2, o representante do Instituto de Educação (IE) se retirou da Comissão Consultiva em 2007, pois o Instituto não concordava com a forma como a expansão havia sido proposta pelo MEC. Não havendo docentes que se candidatassem para ocupar a vaga, o IE ficou sem representação na Comissão Consultiva, sendo o único Instituto a ficar de fora da formulação do PRE/UFRRJ. Atentamos aqui para o fato de que a comissão foi constituída, exclusivamente, por docentes ocupantes de cargos de chefia, revelando seu caráter centralizador e autoritário.

Como instrumentos da política pública empregados para implementar o REUNI na UFRRJ por esta comissão, podemos elencar: a ampliação da oferta de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; redução das taxas de evasão, por meio da ampliação dos Programas de Assistência Estudantil; ampliação da mobilidade intra e interinstitucional estudantil; ocupação de vagas ociosas através de transferência e reingresso no âmbito da UFRRJ e adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); reestruturação Acadêmico-Curricular; renovação Pedagógica da Educação Superior (articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica); articulação da graduação com a pós-graduação; expansão da grande área de Ciências Humanas; realização de novas construções e reformas de instalações; realização de concursos públicos para o provimento do quadro de servidores (PRE/UFRRJ, 2007). Todas as ações estavam em conformidade com as dimensões apontadas no REUNI. Cabe ressaltar que a implementação da expansão na UFRRJ foi referenciada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2006-2011), documento pelo qual fora realizado um diagnóstico da situação da UFRRJ, destacando a sua importância para a interiorização da educação superior pública socialmente referenciada.

O Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRRJ (PRE/UFRRJ) foi aprovado através da Deliberação nº 043/CONSU/SOC-UFRRJ, de 30 de novembro de 2007, sendo assinado pelo então Reitor, Prof. Dr. Ricardo Motta Miranda, e o Termo de Acordos de Metas do REUNI nº 040 com a Secretaria de Educação Superior (SESu) foi assinado em março de 2008. Ressaltamos que a UFRRJ já vinha se expandindo desde 2006, pois já integrava o Programa de Expansão do Governo Federal, denominado Expansão Fase I, com a criação do Instituto Multidisciplinar (IM), em Nova Iguaçu e, em 2008, com a criação do Instituto de Três Rios (ITR), em Três Rios, ainda vinculado ao Programa Expansão Fase I (UFRRJ, 2013).

O entrevistado E1, ao ser questionado sobre qual a estratégia foi utilizada para a elaboração do projeto, revelou que a tática adotada foi aproveitar as demandas reprimidas que a universidade já possuía, uma vez que o curto prazo foi um elemento decisivo na elaboração do PRE/UFRRJ. De acordo com a fala do entrevistado E1, na formulação do projeto, o ano de 2007 foi dedicado ao estudo e discussão da proposta por meio de audiências públicas. Neste ano, cada unidade deveria apresentar às suas demandas, a fim de subsidiar as propostas a serem formuladas no PRE. No entanto, alguns servidores e estudantes contrários a essa adesão, em sua maioria, ligados a movimentos sindicais e estudantis, realizaram vários protestos no *campus* Seropédica, culminando, em 2007, com a invasão da Reitoria, fato este que foi considerado natural por todos os entrevistados, uma vez que a aprovação do REUNI na UFRRJ não ocorreu imune a polêmicas e discussões, assim como nas demais IFES brasileiras, tendo em vista a dimensão deste programa a nível nacional.

O ano de 2008, por outro lado, foi totalmente dedicado à reformulação do projeto, conforme proposta do MEC, uma vez que o ano de 2007 havia sido de muitas discussões e polêmicas em torno do REUNI. Da proposta preliminar da Minuta do Projeto do REUNI à

proposta final enviada ao MEC, houveram algumas modificações significativas. De acordo com o Relatório de Gestão da Graduação 2012 (UFRRJ, 2013), nas áreas de Ciências Biológicas e de Ciências Agrárias não houve nenhuma mobilização para proposição de novos cursos, apenas alguns movimentos em direção à ampliação de vagas. No entanto, o único curso da área das agrárias a ampliar a oferta de vagas foi o de Engenharia Florestal (SILVEIRA, 2011). Os cursos planejados nas áreas de saúde (Biomedicina, Fonoaudiologia e Fisioterapia) não chegaram a ser implantados. Na área de Saúde, apenas o curso de Farmácia foi aprovado.

Nos cursos de Engenharia Química, Engenharia Florestal, Engenharia de Alimentos, Geologia, Química (período noturno) e Ciências Biológicas houve apenas ampliação das vagas (UFRRJ, 2013). Os cursos de Engenharia de Agrimensura e de Engenharia Agrícola fizeram mudanças em seus projetos político pedagógicos, passando a contemplar uma formação mais ampla, alterando às suas respectivas nomenclaturas para Engenharia de Agrimensura e Cartográfica e Engenharia Agrícola e Ambiental (UFRRJ, 2012). No entanto, ainda em 2008, durante a fase de reformulação do projeto, o Instituto de Tecnologia (IT) retornou com o pedido de abertura do curso de Graduação em Engenharia de Materiais e o Instituto de Educação, mesmo se retirando da Comissão Consultiva, solicitou a abertura de um curso de Graduação em Psicologia, tendo em vista a existência de um Departamento de Psicologia. O Instituto Multidisciplinar (IM) apresentou a proposta de criação de cursos de Graduação em Ciência da Computação (UFRRJ, 2013) e o Instituto de Três Rios, um curso na área de Gestão Ambiental. Feitas as alterações, o PRE começou a ser implementado no ano de 2009.

De acordo com a fala dos entrevistados, o ano de 2009 foi dedicado à criação e implementação de novos cursos, em sua maioria na área de licenciaturas, e o ano de 2010 foi voltado principalmente para a reformulação dos currículos dos cursos de bacharelado da UFRRJ. A tabela abaixo sintetiza os cursos criados e vagas ofertadas na UFRRJ nos anos de 2009 e 2010.

Tabela 1: Relação dos cursos novos e seus respectivos números de vagas ofertadas em 2009 e 2010 pelo PRE/UFRRJ:

Ano de criação	Cursos iniciados	Campus	Turno	Vagas anuais	Acesso
2009	Licenciatura em Belas Artes	Seropédica	Noturno	50	1º e 2º períodos
2009	Licenciatura/Bacharelado em Ciências Sociais	Seropédica	Vespertino	80	1º e 2º períodos
2009	Bacharelado em Direito	Seropédica	Noturno	45	1º período
2009	Bacharelado em Direito	Nova Iguaçu	Matutino	55	1º período
2009	Bacharelado em Direito	Três Rios	Noturno	45	1º período
2009	Licenciatura em Filosofia	Seropédica	Noturno	45	1º período
2009	Licenciatura/Bacharelado em Geografia	Seropédica	Vespertino	40	1º período
2009	Licenciatura/Bacharelado em História	Seropédica	Vespertino	80	1º e 2º períodos
2009	Licenciatura em Letras (Port/Lit)	Seropédica	Noturno	50	1º e 2º períodos
2009	Licenciatura em Letras (Port/Ing)	Seropédica	Noturno	50	1º e 2º períodos
2009	Licenciatura em Letras (Port/Lit)	Nova Iguaçu	Matutino	50	1º e 2º períodos
2009	Licenciatura em Letras (Port/Esp)	Nova Iguaçu	Matutino	50	1º e 2º períodos
2009	Licenciatura em Turismo	À distância	-	320	-
2010	Bacharelado em Administração Pública	Seropédica	Noturno	45	2º período
2010	Bacharelado em Ciências Contábeis	Seropédica	Noturno	45	2º período

2010	Bacharelado em Ciência da Computação	Nova Iguaçu	Vespertino	60	1º e 2º períodos
2010	Bacharelado em Comunicação Social, Jornalismo	Seropédica	Noturno	45	1º período
2010	Bacharelado em Engenharia de Materiais	Seropédica	Integral	40	1º e 2º períodos
2010	Licenciatura em Geografia	Nova Iguaçu	Matutino	50	2º período
2010	Bacharelado em Farmácia	Seropédica	Integral	60	1º e 2º períodos
2010	Bacharelado em Gestão Ambiental	Três Rios	Integral	40	1º período
2010	Bacharelado em Hotelaria	Seropédica	Noturno	60	1º e 2º períodos
2010	Bacharelado em Psicologia	Seropédica	Integral	40	2º período
2010	Bacharelado em Relações Internacionais	Seropédica	Noturno	80	1º e 2º períodos
2010	Bacharelado em Sistemas de Informação	Seropédica	Vespertino	60	1º período

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão 2012 da UFRRJ (UFRRJ, 2013, p. 7 e 8)

A tabela acima aponta um total de 24 cursos criados entre os anos de 2009 e 2010, sendo 13 cursos criados em 2009 (9 licenciaturas e 3 bacharelados presenciais e 1 licenciatura à distância) e 12 cursos criados em 2010 (01 licenciatura e 11 bacharelados presenciais). Do total dos cursos criados, 11 são ofertados no período noturno, 5 são ofertados no período vespertino e 4 são ofertados em período integral, o que corrobora o compromisso assumido com a diminuição da evasão escolar. Assim, a UFRRJ passou de um total de 28 cursos de graduação presenciais no ano de 2006, para um total de 57 cursos de graduação presencial em 2012ⁱⁱ, significando um acréscimo de 103,57% de cursos ofertados (UFRRJ, 2013). O projeto original do PRE previa que no ano de 2012 a UFRRJ ofertaria um total de 59 cursos de graduação, porém, conforme já fora mencionado, os cursos de Biomedicina, Fonoaudiologia e Fisioterapia foram retirados do projeto durante a sua reformulação.

Podemos perceber claramente na tabela acima o intenso investimento nos cursos das áreas de humanas na UFRRJ, conforme ênfase dada pelo próprio MEC, cuja proposta é destacar as licenciaturas. O Instituto que mais ofereceu novos cursos no processo de expansão da universidade foi justamente o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), que passou de 04 departamentos para 10 departamentos e que, no ano de 2013, se dividiu em 2 institutos diferentes, o ICHS e o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Silveira (2011) acrescenta que a justificativa do MEC para a expansão das licenciaturas é de que o mercado de trabalho da Baixada Fluminense e da Zona Oeste possuem demandas por licenciados, o que é resultado de políticas de universalização dos ensinos profissional, médio e fundamental. Logo, houve uma abertura nos postos de trabalho para licenciados residentes nestas regiões, o que foi incentivado, também, pela LDB 9394/96, que exige a escolarização de Ensino Superior para todos os professores do Ensino Básico (SILVEIRA, 2011).

No que se refere à abertura de novas vagas, A UFRRJ apresentou um crescimento significativo. De 2008 a 2012, apresentou um crescimento de 63% na oferta de novas vagas, conforme tabela a seguir:

Tabela 2: Vagas ofertadas na UFRRJ no período entre 2008 à 2012

ano	Total de vagas ofertadas	Crescimento da oferta de vagas em relação ao ano anterior
2008	2145	-
2009	2825	32%
2010	3450	22%
2011	3470	1%
2012	3510	1%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados apresentados nos Relatórios de Gestão da UFRRJ dos anos de 2008 a 2012.

A meta pactuada no Acordo de Metas da UFRRJ de chegar a 3.890 novas vagas em 2011 não foi atingida, uma vez que a universidade ofertou apenas o montante de 3.470 novas vagas. Esse déficit de 420 novas vagas projetadas e não atingidas, segundo o Relatório de Gestão 2011 da UFRRJ, se deu devido ao fato de haver diversos atrasos nas obras, o que dificultou a abertura do total de vagas novas pactuado, uma vez que a universidade não dispunha de recursos humanos e espaços físicos de suporte adequados para o cumprimento da meta (UFRRJ, 2012).

Quanto às matrículas, no ano de 2008, a UFRRJ contava com 8.155 alunos matriculados na graduação presencial. Já em 2012, o mesmo saltou para 11.311, o que mostra um crescimento de 38% no número de estudantes matriculados de 2008 à 2012 (UFRRJ, 2013), conforme ilustrado na tabela a seguir:

Tabela 3: Total de matriculados na UFRRJ no período de 2008 à 2012

Ano	Total de matriculados	Crescimento no número de matriculados em relação ao ano anterior
2008	8.155	-
2009	8.682	6%
2010	9.417	8%
2011	10.558	12%
2012	11.728	11%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados apresentados nos Relatórios de Gestão da UFRRJ dos anos de 2008 à 2012 e no Relatório de Gestão da Graduação no ano de 2012.

Esse aumento foi possibilitado, em especial, pela mudança no sistema de ingresso à universidade. Em 2009, a UFRRJ mudou o seu sistema de vestibular e aderiu ao sistema de acesso ENEM/SISU como forma de democratizar o acesso aos seus cursos. Essa mudança ocasionou uma alteração significativa no perfil dos estudantes ingressantes nessa universidade. De acordo com o Relatório de Gestão da Graduação 2012, no ano de 2010, 45,2% dos estudantes ingressantes possuíam renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos. Em 2012-1, este percentual subiu para 51,3%, ou seja, mais da metade desses ingressantes eram oriundos de classes mais baixas. O mesmo pode ser constatado quando destacamos a origem desses estudantes. Em 2012, o acesso dos discentes provenientes de escolas públicas aumentou para 62,3%, índice que já era considerado de destaque em 2010, verificando-se que mais da metade dos ingressantes vinham de escolas públicas e corroborando para a importância da adesão a este novo sistema de acesso à educação superior (UFRRJ, 2013).

Quanto à evasão, a UFRRJ apresentou no primeiro semestre do ano de 2012, um total de 1.161 evasões na graduação presencial (transferências externas, desligamentos, jubilações, cancelamentos de matrícula) em seus três *campi* (Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios), com destaque para o curso de Matemática (*campus* Seropédica), com um total de 52 evasões registradas (UFRRJ, 2013).

Tabela 3: Total de evasões e bolsas concedidas na graduação presencial da UFRRJ no período de 2008 a 2012

Ano	Total de matriculados	Total de evasões
2008	8.155	1.065
2009	8.682	1.262
2010	9.417	206
2011	10.558	1.138
2012	11.728	3.742

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados apresentados nos Relatórios de Gestão da UFRRJ dos anos de 2008 à 2012 e no Relatório de Gestão da Graduação no ano de 2012.

Como podemos perceber, no ano de 2010, houve uma queda brusca no número de evasões, principalmente devido à mudança no sistema de mobilidade estudantil, com maior flexibilização na formação, reopção e reingresso interno (UFRRJ, 2013).

Para conter as evasões, a UFRRJ oferece diferentes modalidades de bolsas para discentes com vulnerabilidade socioeconômica comprovada através de suas Pró-Reitorias de Graduação, Extensão e de Assistência Estudantil, além de oferecer apoio psicológico para os mesmos. Só no ano de 2012, foram concedidas 4.963 bolsas, entre bolsa permanência, bolsa alimentação e bolsa de apoio técnico (UFRRJ, 2013).

Além disso, a UFRRJ dispõe de uma estrutura de 6 alojamentos masculinos e 6 femininos, no *Campus* Seropédica, alojando um total de 1.598 alunos, além de contar com dois restaurantes universitários (*campi* Seropédica e Nova Iguaçu), com capacidade diária total para servir 3.500 e 1.000 refeições, respectivamente, beneficiando cerca de 2.234 estudantes de ambos os *campi* (UFRRJ, 2014). A UFRRJ conta também com 6 modalidades de bolsas para alunos carentes. São elas: Bolsa Permanência (apoio financeiro para despesas com transporte, moradia e alimentação); Bolsa de Alimentação por Carência (gratuidades nas refeições no RU); Bolsa Moradia por Carência (alojamento); Bolsa de Incentivo ao Esporte (apoio financeiro); Bolsa Cultural (Alimentação gratuita) e Bolsa Alimentação por Atividade no RU (UFRRJ, 2014). No ano de 2010, a UFRRJ também reforçou mecanismos que ampliam a possibilidade de mudança de curso e maior flexibilidade para integralizar o currículo, que são a mobilidade interna e a reopção e reingresso interno.

Apesar de todos os problemas relatados, podemos perceber através dos dados apresentados que a UFRRJ cumpre o seu papel no que refere à interiorização da oferta de educação superior, contanto com cursos ofertados gratuitamente e que são inexistentes nas poucas instituições privadas da região do entorno (SILVEIRA, 2011).

5. Considerações Finais

Entendemos que o REUNI objetiva reduzir a desigualdade social via educação superior. Consideramos, portanto, que a ampliação do acesso ao ensino superior significa, da mesma forma, ampliação da democracia, representando um avanço no que se refere ao acesso das classes menos favorecidas ao ensino superior público. Por outro lado, ponderamos que o REUNI é uma política educacional mediadora, no sentido de que visa, como as demais políticas sociais de um Estado Capitalista, mormente, amenizar os conflitos e tensões entre as classes, estando subordinada ao jogo de interesses da acumulação e reprodução do capital.

De forma geral, verificou-se nos depoimentos dos entrevistados que a principal motivação da UFRRJ para aderir ao REUNI deu-se em função da possibilidade de obter mais recursos junto ao governo federal para a instituição, que há muitos anos não recebia investimentos desse porte.

O prazo do REUNI e os conflitos ocorridos foram fatores que prejudicaram a sua implementação na UFRRJ. Embora muitos concursos fossem promovidos para atender as demandas oriundas do REUNI, estes não foram suficientes para atender o quantitativo de

novos cursos e ingressos na UFRRJ. Além disso, a demora na liberação das vagas pelo MEC também impactou negativamente em uma implementação adequada. Juntamente com esses fatores, a falta de um planejamento adequado quanto à infraestrutura resultou na superlotação dos espaços e uma piora nas instalações existentes que já careciam de reformas e manutenção. Assim, a UFRRJ apresenta sérias dificuldades para o funcionamento de suas atividades, com laboratórios em péssimas condições de uso, salas de aulas superlotadas, professores sem gabinetes de trabalho, secretarias funcionando de forma improvisada, dentre outros.

Constatou-se também uma limitada qualificação dos gestores das unidades acadêmicas no que se refere à gestão pública, o que prejudica a implementação de um programa da magnitude do REUNI. Muitos desconhecem os resultados do programa na UFRRJ, incluindo aqueles que constituíram a Comissão Consultiva do REUNI, uma vez que a UFRRJ não criou comissões ou grupos de trabalho para supervisão e acompanhamento da execução do REUNI. O acesso às informações relativas ao processo de formulação e implementação do REUNI na UFRRJ também é dificultoso, pois depende de uma autorização formal da Reitoria, tendo em vista o clima de desconfianças existente dentro da própria instituição. Ressaltamos que a Comissão Consultiva foi composta por docentes ocupantes de cargos de direção, o que corrobora para uma formulação e uma implementação centralizadoras e autoritárias.

Apesar de todos os problemas elencados, a UFRRJ conseguiu expandir seus cursos e rever currículos considerados obsoletos nos anos em que o REUNI esteve em vigor, mesmo que o fato não tenha ocorrido em todos os cursos, e conseguiu atingir a sua principal meta do REUNI: a inclusão social. Convém ressaltar que a UFRRJ, ao final do ano de 2012, possuía em total de 11.728 discentes matriculados em 57 cursos de graduação presencial, espalhados em seus 4 *campi*. Realidade esta muito diferente do ano de 2008, início do REUNI, em que a mesma apresentava um total de 8.155 matriculados em 27 cursos de graduação presencial.

Notas

ⁱ São exemplos as pesquisas de Van Meter e Van Horn (1975), Bardach (1977), Mazmanian e Sabatier (1980), Hogwood e Gunn (1984), entre outros.

ⁱⁱ Em 2012, a UFRRJ abriu o curso de Licenciatura em Educação no Campo pelo Edital PRONACAMPO 2012. A oferta desta graduação não estava vinculada ao PRE/UFRRJ.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Diego César Terra de; CASTRO, Conrado Gomide de; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; PEREIRA, José Roberto. A Gestão Pública e o REUNI: entre o social e o gerencial. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, 2011, 9.2: 154-170.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de, PINHEIRO e Helano Diógenes. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. In: Ensaio: **Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out./dez. 2010.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **A implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: Um estudo do caso do Campus Universitário de Altamira**. 2011. 277fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Ciência da Educação. Universidade Federal do Pará. Belém (PA), 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Perfil Socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília, 2011.

BARCELOS, Marcelo. A formação da área de Políticas Públicas: do Modelo "Racional-Compreensivo" às abordagens "Sintéticas" do processo da Política Pública. **Sociedade e Humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 01, jan/abr 2013, p. 145-162. Disponível em:

<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/viewFile/5903/pdf>
. Acesso em: 17 de agosto de 2014.

BRASIL, MEC. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

BRASIL, MEC. **Decreto nº 6.094, 24 de abril de 2007**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 35, n. 21, p. 98-119, maio/ago. 2009.

BRASIL, MEC. **Livro do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2013.

DAS GRAÇAS RUA, Maria. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. Manuscrito, **elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil**. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2003.

DELEON, Peter; DELEON, Linda. What Ever Happened to Policy Implementation? An Alternative Approach. **Journal of Public Administration Research and Theory**. Denver: Universidade do Colorado, 2002, p. 467-492.

DIAS, Sobrinho. Educação Superior: bem público, equidade e democratização. **In: Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: SP. v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 18, n. 51, Feb. 2003.

HOWLETT, Michel; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Tradução Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LÉDA, Denise Bessa. Universidade nova: plano de reestruturação e expansão das universidades federais: mais uma dose da reforma universitária. In: **30ª Reunião Anual da Anped**. Caxambu: UFMA/UERJ, 2007.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba: v. 21, n. 48, Dec. 2013.

LOTTA, Gabriella Spanghero. **Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família**. 2010. 295 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, André Luiz Dias de. **Fatores condicionantes do processo de implementação de políticas públicas e como se relacionam com a variação de desempenho: um estudo comparativo no contexto do Programa Luz para Todos**. 2012. 254 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração e Políticas Públicas, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

PAESE, Cláudia Regina; AGUIAR, Anne Adelle Gonçalves de. Revisitando os conceitos de formulação, implementação e avaliação de políticas e programas sociais no Brasil. **Revista NUPEM**. Campo Mourão: v. 4, n. 6, jan./jul. 2012.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. Contribuições atuais sobre o estudo de implementação de políticas educacionais. **Cad. Pesqui.** v.43, n.149, 2013.

- PAUDEL, Narendra Raj. A Critical Account of Policy Implementation Theories: Status and Reconsideration. **Nepalese Journal of Public Policy and Governance**, v. XXV, n.2, 2009.
- PULZL, Helga; TREIB, Oliver. 7 Implementing Public Policy. **Handbook of public policy analysis: Theory, politics, and methods**, 2006.
- ROCHA, Roberto. A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, Mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 20 agos. 2014.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SIMAN, Ângela. **Políticas públicas: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Fafich/UFMG, 2005.
- SILVEIRA, Ana Lúcia da Costa. **A UFRRJ do tempo recente: relações entre a oferta de graduações e a sua vocação rural**. 2011. 223 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ: 2011.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 16, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Jun. 2013.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas, 1987.
- UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2006-2011**. Seropédica, 2006.
- UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2013-2017**. Seropédica, 2013.
- UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Minuta do Projeto de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Seropédica, 2007.
- UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Relatório de Gestão 2011**. Seropédica, 2012.
- UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Relatório de Gestão 2012**. Seropédica, 2013.
- UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Relatório de Gestão 2013**. Seropédica, 2014.
- UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Relatório de Gestão da Graduação 2012**. Seropédica, 2013.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- WINTER, Soren C. Implementation perspectives: Status and Reconsideration. in Peters, Guy; Pierre, Jon. **Handbook of Public Administration**. Sage Publications. 2002, Reprinted 2005.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.